

INTERMUNICIPALIDADES COMO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA PEQUENAS CIDADES: O CASO DE CAMBIRA/PR

Dênis Cereja dos Santos¹; Renan Valério Eduvirgem²

Resumo: As pequenas cidades merecem maior atenção no âmbito da Geografia Urbana. São inúmeras características que podem ser consideradas, servindo de base importante em assuntos de extrema relevância dentro da ciência geográfica, como a formação da rede urbana, hierarquia urbana, processo de regionalização, interações espaciais, entre outros. O presente artigo teve origem nas pesquisas e discussões realizadas no desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso, onde o foco principal foram as interações espaciais de pequenas cidades. Com o avanço da pesquisa, notou-se inevitável adentrar uma perspectiva analítica sobre o desenvolvimento, principalmente com relação as pequenas cidades. É preciso deixar claro que essa análise servirá como um ensaio para estudos futuros sobre a temática em questão. Tendo em vista a fragilidade econômica e social que as pequenas cidades apresentam, optou-se por desenvolver um estudo sobre as relações entre municípios como alternativa de suprir a falta de alguns serviços básicos. Sendo assim, a análise dessas relações, tendo a cidade de Cambira/PR como foco principal, foi a inserção de uma pequena cidade em uma associação de municípios ou em uma região metropolitana, considerando a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí e a Região Metropolitana de Maringá, respectivamente. O mapeamento, localizando Cambira nos aglomerados municipais citados anteriormente, apresentou-se como ferramenta importante para o entendimento dessas relações intermunicipais.

Palavras-Chave: Associação; Região Metropolitana; Municípios.

INTRODUÇÃO

Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Cambira possui uma população de 7.236 habitantes e população estimada de 7.808 habitantes para o ano de 2017 (IBGE, 2017). Cambira localiza-se no entroncamento de uma das principais regiões do estado do Paraná, entre as cidades de Londrina e Maringá, segunda e terceira maiores cidades do estado, respectivamente, e próxima de Apucarana, cidade que cumpre um importante papel regional. Cambira passa por um processo inverso em comparação ao apresentado pela grande maioria dos pequenos centros urbanos paranaenses. Após um período de recessão populacional, que perdurou até meados da década de 1990, o município passou por um processo de aumento populacional, nesse caso observada a população urbana, já que o processo de êxodo rural continua ocorrendo. O aumento populacional não significa a tradução de uma melhora nos índices econômicos ou sociais da localidade, que ainda apresenta os inúmeros problemas observados na grande maioria dos pequenos centros urbanos.

O desenvolvimento desse artigo se concretizou como parcela de um trabalho de conclusão de curso sobre as interações espaciais de pequenas cidades, focando no exemplo de Cambira/PR. A partir da busca do entendimento desse processo, que se deu pelo mapeamento dos deslocamentos pendulares, entendeu-se como importante uma busca pelo entendimento das formas oficializadas de interações entre os municípios da região, sendo que a maioria deles possuem como sedes pequenas cidades. Portanto, os

¹ Mestrando em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, denis.santos193@hotmail.com

² Doutorando em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, georenanvalerio@gmail.com

objetivos que envolveram a confecção deste artigo foram a realização de uma revisão bibliográfica de estudos sobre discussão do significado das pequenas cidades no viés da ciência geográfica, trabalhos acadêmicos que evidenciam os processos que caracterizam o desenvolvimento e do desenvolvimento atrelado a realidade de uma pequena cidade. Para tanto, com o intuito de compreender como se desenvolvem as interações no âmbito da rede urbana entre unidades administrativas municipais na busca de melhores condições para a sua população, com o intuito de suprir a falta de alguns serviços públicos que normalmente, mesmo sendo de extrema necessidade, são escassos em pequenas cidades, além de outras alternativas que visam o desenvolvimento econômico e social de uma região como um todo, buscou-se realizar uma análise inicial sobre a inserção de Cambira na Associação de Municípios do Vale do Ivaí e na Região Metropolitana de Maringá.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para que os objetivos que permearam a elaboração desse artigo fossem concretizados, foram utilizados os seguintes métodos:

- Pesquisa bibliográfica sobre estudos realizados sobre pequenas cidades, o conceito de desenvolvimento atrelado às pequenas cidades e sobre a inserção de Cambira na Associação dos Municípios do Vale do Ivaí e na Região Metropolitana de Maringá e como essas entidades atuam em suas diretrizes administrativas como forma de beneficiar os municípios que as integram;
- Mapeamento, localizando Cambira inserida nessas entidades institucionalizadas, utilizando-se da localização geográfica como fator explicativo.

O software *Quantum Gis* foi a ferramenta escolhida para auxiliar o trabalho de mapeamento das informações geográficas levantadas. Os mapas foram desenvolvidos utilizando-se a base cartográfica do IBGE, localizando Cambira de acordo com a região onde seu território municipal está inserido, destacando suas relações hierárquicas com as demais cidades da rede urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entendendo as pequenas cidades

Antes de se fazer uma análise sobre a questão do desenvolvimento atrelado as pequenas cidades, é necessário o entendimento da discussão de pequenas cidades dentro da ciência geográfica. Endlich e Rocha (2010) deixam isso claro na publicação que foi resultado do primeiro evento voltado para o assunto em 2010. Segundo os autores, estudar as pequenas cidades não é buscar a fragmentação da Geografia Urbana, mas entender as articulações existentes no meio urbano, tendo papel fundamental de contribuir para a ciência com debates, trocas de ideias e novas publicações sobre o assunto.

Mas seria possível definir o que são de fato as pequenas cidades? Com um número expressivo de trabalhos publicados na ciência geográfica, principalmente relacionando o entendimento sobre os pequenos centros urbanos ao número de habitantes, ainda existe muita discussão sobre uma definição

geral para as pequenas cidades. Segundo Endlich (2006) a definição de pequenas cidades não é simples, pois essas localidades “oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade” (ENDLICH, 2006, p. 85). Entretanto, a autora destaca que, mesmo que em menor grau, os requisitos que definem a dinâmica de uma cidade são observados nos pequenos centros.

Corrêa (2011) evidencia essa dificuldade em se encontrar uma maneira de explicar o que são as pequenas cidades. Possivelmente essa dificuldade se deva pelo fato de existir diferenças marcantes relacionadas ao tipo de colonização que dá origem a uma pequena cidade, à região a qual uma pequena cidade faz parte e às suas dinâmicas e fatores locais durante a história da cidade que acarretaram a perda de população ou estagnação da mesma. Com relação ao período de surgimento das pequenas cidades, o autor destaca dois períodos: décadas de 1950/1960, com industrialização e urbanização ainda pouco desenvolvidas as pequenas cidades desempenhavam papel mais significativo na vida econômica, social e política. Já após 1970, o autor evidencia o fato das pequenas cidades terem sua origem relacionada ao período de criação, tendo influência das motivações que levaram a origem da cidade e a emancipação do território municipal que esta é sede, aos agentes sociais que deram início a colonização da região onde está localizada. Outro tratamento dado às pequenas cidades é o de que elas são caracterizadas como um ambiente rural concentrado, ou seja, uma concentração urbana constituída e desenvolvida a partir da agropecuária, com atividades, mesmo que desenvolvidas em ambiente urbano, ligadas direta ou indiretamente à agropecuária, ou ainda com a função de sediar as principais instituições ligadas à administração pública municipal.

Santos (1981) quando trata das funções desempenhadas nas pequenas concentrações urbanas, as caracteriza como centros locais, que são capazes de disponibilizar as funções urbanas em uma escala mínima (trabalho, comércio, serviços, entre outros) para a sobrevivência da população e, relacionada a essa visão, é possível relacionar a questão dos níveis hierárquicos e as funções que as cidades desempenham na rede urbana. Nesse caso, é preciso fazer uma relação entre os centros locais evidenciados por Milton Santos e o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado Região de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2008). O REGIC é um estudo produzido pelo IBGE que caracteriza os centros urbanos de acordo com a hierarquia na rede urbana e o nível de centralidade. Segundo o REGIC, os Centros Locais se caracterizam por centralidade e atuação que não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes). (IBGE, 2008, p. 13).

Sejam os pequenos centros urbanos caracterizados pelo número de habitantes, pelo período histórico de surgimento ou pelas funções hierárquicas exercidas na rede urbana que estão localizados, o fato é que deixar de estudar essas cidades, que são sedes da grande maioria dos municípios existentes no Brasil, é o mesmo que não considerar o futuro do planejamento social, ambiental e econômico nacionais, principalmente nas regiões interioranas brasileiras. Uma política concentradora, que prima pelo

planejamento referente a organização e estruturação dos grandes centros urbanos brasileiros é ir contra uma política expansionista, que tanto buscou a colonização e desenvolvimento das regiões de menor densidade populacional brasileiras. Um olhar para as pequenas cidades não significa uma definição apenas do urbano, mas também do agrário, que ainda é o grande bastião da economia nacional.

A questão do desenvolvimento atrelada às pequenas cidades

Quando a condição das pequenas cidades é discutida, logo surgem propostas, alternativas para o desenvolvimento das mesmas, geralmente questionando-se quais fatores, internos e externos, influenciam o desenvolvimento dos pequenos centros urbanos. Antes de se discutir tais questões, é preciso entender o que significa desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2002), a questão do desenvolvimento é uma das mais debatidas nos meios das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, principalmente quando o assunto é a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos consideram apenas os incrementos na renda, deixando de lado como essa renda é distribuída.

Se for considerado apenas o quesito economia, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116). Porém, levar em conta o desenvolvimento apenas analisando os fatores econômicos é um erro. Lopes (2002) enfatiza que os “problemas do desenvolvimento estão muito longe de ser apenas problemas da economia”. Liberdade, justiça, equilíbrio e harmonia são elementos indispensáveis para se considerar uma sociedade como desenvolvida. Sob certos aspectos, é preciso desapego em relação aos elementos quantitativos, principalmente no contexto de uma pequena cidade, onde, em muitos casos, o capital e a renda estão concentrados nas mãos de poucos, sendo que a simples observação de dados econômicos absolutos não pode traduzir a realidade.

Existe a necessidade de se considerar a participação das pessoas nas decisões políticas como forma de agregar aos processos que envolvem o desenvolvimento. Para Sen³ (apud MARQUES, 2010), as pessoas só conseguem alcançar seus objetivos a partir de oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, mas para isso elas precisam de condições para que essas realizações se concretizem, como saúde e educação, em um meio em que as pessoas possuem a liberdade de participar das escolhas sociais e das tomadas de decisões políticas.

Entretanto, levando em conta o desenvolvimento como deveria ser, em prol da coletividade, ações planejadoras devem ser colocadas em pauta. Quando essa questão é levada para o âmbito geográfico, sabemos que regiões e territórios podem ter maiores oportunidades de se alcançar o desenvolvimento em comparação com outros. É claro que, para se compreender as causas que levam

³ SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

uma cidade ou até uma região a serem mais atrativas para as pessoas que outras, é preciso entender todo o contexto geográfico e histórico para não se tirar conclusões precipitadas, ou seja, ir além das características que elas possuem atualmente.

Segundo Leão (2010), o poder público tende a concentrar os investimentos em infraestrutura nos centros de maior expressão, ocorrendo assim não só um processo de concentração e centralização econômica, mas também espacial, dessa maneira, um processo de desenvolvimento desigual propiciado pela dinâmica do capitalismo. Sendo assim, é preciso entender um pouco as possibilidades de um desenvolvimento endógeno, observando as potencialidades de uma cidade ou região. Aqui pensa-se nas alternativas para as pequenas cidades frente a uma economia e renda concentrada nos centros de maior expressão. Pensando nesses aspectos anteriormente citados, será necessária uma breve análise sobre o que significa desenvolvimento local.

Nas palavras de Benko (1999), o desenvolvimento local trata de uma oposição à organização clássica do sistema econômico, sendo considerada uma estratégia de diversificação, levando em conta uma base que sustente os recursos naturais, humanos e econômicos, buscando a flexibilidade frente à tendência, centralização e a concentração.

Segundo Endlich (2007), no tocante ao desenvolvimento local, logo vem à tona a questão de se reduzir a dependência externa, deixando evidentes as potencialidades locais. Segundo a autora, são várias estratégias existentes que podem ser adotadas, com arranjos locais únicos, considerando que se procura uma resposta ao desenvolvimento desigual, que por fatores históricos variados faz com que existam regiões perdedoras e ganhadoras.

No Brasil, a grande parte, o foco do Estado, através de seus planejadores, é o estímulo à definição de regiões, onde essas teriam um polo principal, ou seja, uma cidade de maior expressão para assim favorecer a desconcentração metropolitana e influenciar o desenvolvimento de mais regiões pelo país. Segundo Moura (2010), as ações de nível local, que são várias, devem existir e serem desenvolvidas, mas seus limites devem ser considerados. Para a autora, estratégias de nível regional, como criação de consórcios e associações intermunicipais ajudam a evitar a subordinação dos mais fracos pelos mais fortes. Entretanto, segundo Endlich (2006, p. 315-316)

[...] o estímulo à implementação de pólos que ajudariam a estimular o território nacional, promovendo uma ocupação mais racional do mesmo e uma melhor difusão do desenvolvimento econômico, baseavam-se em centros que já eram considerados como intermediários na rede urbana. Então, se por um lado, esse processo representou desconcentração metropolitana, por outro, representou concentração já que as cidades médias atraíram fluxos humanos provenientes das pequenas cidades.

O limite as estratégias regionais de desenvolvimento devem ser colocadas em pauta. Qual é o benefício real que, por exemplo, associações entre municípios podem proporcionar para pequenas

idades? Até que ponto as questões políticas, de aspecto eleitoral, é utilizada para fomentar a inserção de uma pequena cidade em uma região metropolitana?

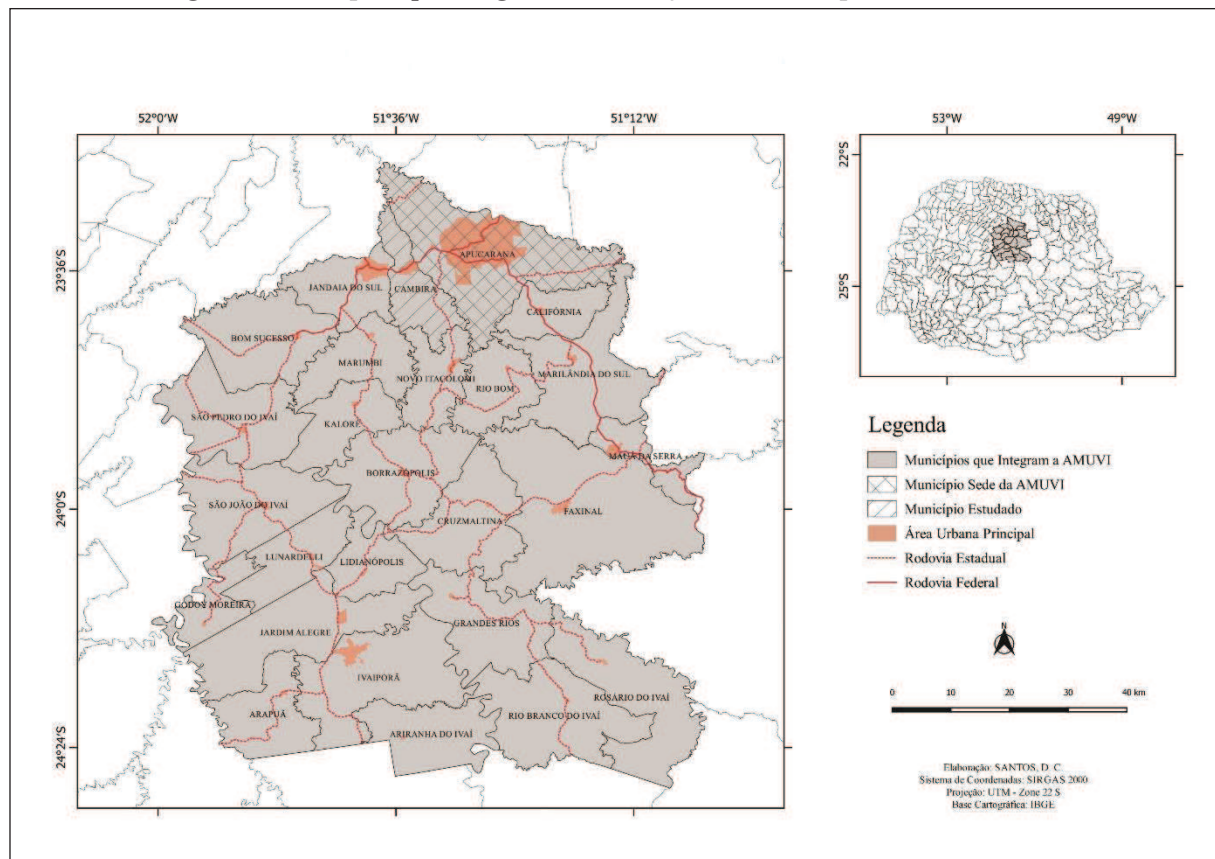
Cambira/PR como município integrante da Região Metropolitana de Maringá e da Associação de Municípios do Vale do Ivaí

Entende-se que a busca por planos que promovam ações em conjunto com outros municípios represente possibilidades de desenvolvimento, principalmente às pequenas cidades, como Cambira por exemplo. Tratam-se de ações com perspectiva de desenvolvimento integrado do ponto de vista regional. A esse propósito, Moura (2010) entende que uma estratégia de desenvolvimento que vise o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população das pequenas cidades ou que vise a criação de novas oportunidades para as pessoas levando em consideração emprego e renda principalmente, pode ser alcançada por intermédio da criação de associações e de acordos intermunicipais. Todavia, é preciso considerar que muitas vezes a população é deixada de lado em propostas de desenvolvimento que compreendam a integração entre municípios de uma mesma região, fazendo prevalecer os fatores políticos e econômicos frente às necessidades das pessoas. Segundo Endlich (2017, p. 31)

[...] políticas territoriais são imprescindíveis, mas que nelas estejam contidas as transformações sociais essenciais, de maneira que inclua adequadamente a parcela da sociedade presente nos espaços em mudança. Que os espaços melhorem, mas que nesse processo não estejam, paralelamente, dinâmicas socialmente excludentes.

No Paraná, um dos modelos existentes de cooperação em conjunto entre municípios é regido pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP). Fundada em 20 de agosto de 1964, a AMP foi declarada Entidade de Utilidade Pública pela Lei Estadual N° 5455, de 24 de dezembro de 1966. Congrega os 399 municípios do Estado e é sua representante oficial. A AMP possui caráter privado, é apartidária, filiada à Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e lidera o movimento municipalista estadual. Além de defender os interesses dos municípios do Paraná junto às demais instâncias de Poder, a AMP também oferece serviços de consultoria e assessoria nas áreas jurídica e tributária, bem como fornece informações atualizadas sobre as transferências constitucionais e o movimento municipalista. Segundo o site da AMP, existem 19 associações regionais de municípios no estado do Paraná, e entre elas está a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi). A Amuvi tem como sede Apucarana e compreende, além da sede, mais 25 municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaipora, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kalore, Lidianópolis, Lunardelli, Marilandia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí. A Amuvi foi criada em 12 de julho de 1969, representada na Figura 1. Essa associação é uma entidade que visa a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe (AMUVI, 2017).

Figura 1: Municípios que integram a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí



Fonte: Amuvi, 2017.

De acordo com informações do site da Amuvi, além de zelar pelo cumprimento da legislação vigente (Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná e Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, respeitadas as autonomias municipais), a Amuvi foi criada com o objetivo aplicar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando assistência técnica às atividades meio e fins das prefeituras associadas, bem como promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental. A Amuvi atua em regime de cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como órgãos estaduais, federais, entidades privadas e mistas. Segundo o site da associação, o principal objetivo da Amuvi é defender os interesses comuns dos municípios do Vale do Ivaí.

Contudo, mesmo que no papel pereça ser uma boa alternativa de desenvolvimento para os municípios, é preciso analisar com cuidado a criação de uma associação, consórcio ou outro acordo do gênero entre um conjunto de municípios. Segundo Brandão (2008, p. 155)

É preciso construir mesas de diálogo e levantamento de problemas e discussão da capacidade coletiva de sua resolução, buscando a articulação com os níveis de governo e as esferas de poder pertinentes àquela problemática específica; explicitar os conflitos de interesse e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. Esses contratos devem articular, horizontalmente, os agentes políticos de determinada escala. Deve-se, ainda, submeter circuitos mercantis, sociopolíticos à circunscrição pactual em dado território, bem como engendrar uma

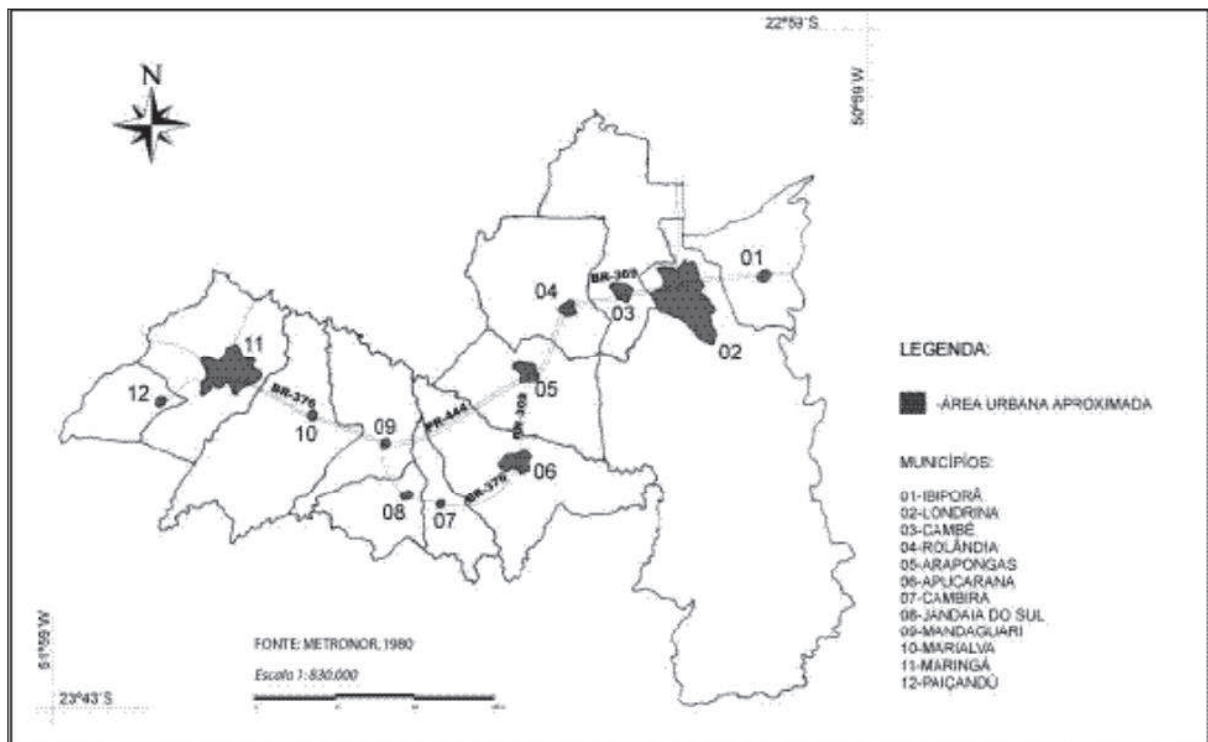
ação coletiva que seja pedagógica, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

A intenção neste item é apresentar as possibilidades em que a união entre os poderes públicos de um conjunto de municípios possa gerar para as pequenas cidades, desde que exista diálogo e que questões de interesse político não ultrapassem os verdadeiros objetivos que visem uma melhoria na qualidade de vida para as pessoas que vivem nas localidades que integram um consórcio ou uma associação.

Outro ponto a ser destacado com relação às ações que visam melhorias para Cambira trata-se da Região Metropolitana a qual ela pertence, no caso a Região Metropolitana de Maringá. Entretanto, antes de discutir a inserção de Cambira na região metropolitana em questão é preciso recordar quais foram as primeiras tratativas no que diz respeito ao processo de metropolização no norte do Paraná. Sendo assim, torna-se necessário citar o caso do projeto Metronor (Metrópole Linear Norte do Paraná).

Segundo Cunha (2005, 2007) entre as décadas de 1960 e 1970 foi elaborado e posto em prática o projeto Metronor no eixo Londrina-Maringá, desenvolvido em função da concentração da maioria dos estabelecimentos industriais do norte do estado e dos problemas urbanos que as cidades começavam a apresentar. Por isso buscou-se introduzir um processo de maior racionalidade visando maneiras de favorecer o desenvolvimento não só das cidades de maneira isolada, mas de toda a região. Os municípios que compreendiam o eixo Londrina-Maringá e que formariam a Metronor podem ser observados na Figura 2.

Figura 2: Municípios que integravam a Metronor



Fonte: Metronor, 1980 (*Apud* CUNHA, 2007)

Não obstante, segundo Cunha (2007), motivos ligados à política da época mudaram profundamente esse cenário de possível desenvolvimento regional integrado. Uma das principais obras previstas no projeto em questão era a duplicação da BR-369, ligando Londrina e Maringá, passando pelos centros urbanos de todos os municípios do eixo, porém foi substituída pela construção da rodovia PR 444.

Apesar da determinação dos técnicos do METRONOR em duplicar a estrada já existente, passando em todas as cidades do eixo, a duplicação que se efetivou foi [...] da BR-369 até a cidade de Arapongas, a duplicação da rodovia Estadual PR- 444 até a cidade de Mandaguari, que na época não era asfaltada, e, na sequência, a duplicação da cidade de Mandaguari à Maringá, na BR- 376. Neste traçado, que foi efetivado, **as cidades de Apucarana, Cambira e Jandaia do Sul ficaram fora do eixo duplicado Londrina-Maringá.** (Grifo dos autores) (CUNHA, 2007, p. 30)

Por fim, o projeto que sem sombra de dúvidas mudaria toda a dinâmica da região compreendida entre o eixo Londrina-Maringá e, por que não, de toda a região norte do estado, foi extinto.

No final da década de 80, o projeto METRONOR fazia parte de um passado que conta um capítulo da história do planejamento regional no norte do Paraná. Um projeto que tentou idealizar uma proposta inédita, algo que fugia a tudo que existia até então no Brasil. Uma metrópole linear no interior de uma região agrícola. Desde o termo de referência em 1977 até o fim do projeto em 1989, foram mais de dez anos de trabalhos tentando implantar um plano de desenvolvimento para o eixo Londrina-Maringá. Influenciado em suas várias fases por questões políticas e eleitoreiras, e por outro lado pela falta de articulação política entre os vários agentes envolvidos, o projeto entrou em decadência até vir à ser extinto. (CUNHA, 2007, p. 35)

Atualmente, a região que compreende o eixo Londrina-Maringá possui três regiões metropolitanas: a Região Metropolitana de Londrina, instituída pela Lei Complementar Estadual 81/1998; a Região Metropolitana de Maringá, instituída pela Lei Complementar Estadual 83/1998; e, mais recentemente, a Região Metropolitana de Apucarana, instituída pela Lei Complementar Estadual 187/2015. A cidade de Cambira integra a Região Metropolitana de Maringá desde 2010 (Lei Complementar 127/2010). Todas as leis têm em comum seu Artigo 5º, com os itens que se reputam de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região, sendo eles:

- I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;
- III - uso do solo metropolitano;
- IV - transportes e sistema viário;
- V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Com a implementação da Constituição Federal no ano de 1988 “a ação de determinadas forças políticas colaborou para que estas [as regiões metropolitanas] proliferassem no Brasil a partir de meados da década de 1990”. (CUNHA, 2005, p. 202). Com a Constituição de 1988 ocorreu uma descentralização

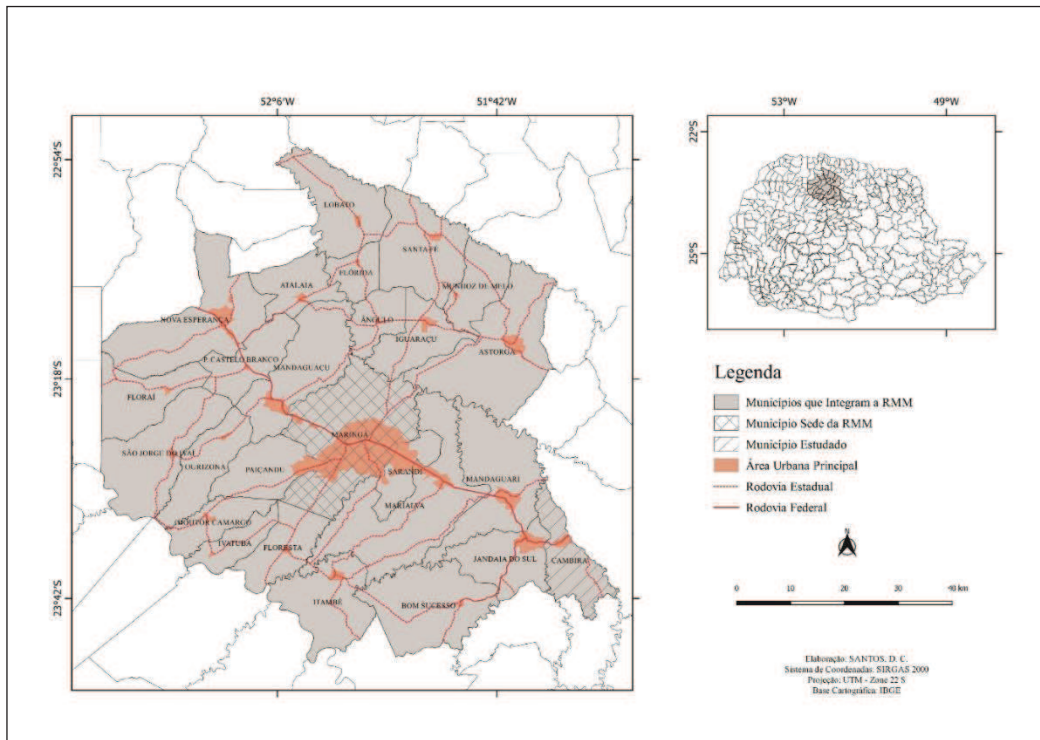
político administrativa, o que conferiu autonomia as Unidades Federativas na criação de entidades e divisões regionais. Para Miyazaki (2008), com a autonomia concedida aos estados, a institucionalização de regiões metropolitanas tornou-se comum em aglomerações urbanas com nível restrito às influências locais e regionais, diferentemente das grandes metrópoles. Muitas vezes a criação de uma região metropolitana passa por questões políticas, que visam em muitos casos uma projeção midiática e eleitoreira.

Segundo Cunha (2005) o fato de uma região metropolitana gerar uma expectativa de desenvolvimento faz com que as localidades se interessem cada vez mais em integrá-la. Aproveitando esse fator que envolve um status e por ser considerado midiático, vários políticos buscam criar e aprovar leis que institucionalizem essas regiões metropolitanas. Entretanto, a busca por essa ‘metropolização forçada’ visa mais estratégias eleitoreiras do que realmente estratégias de desenvolvimento regional, e as regiões metropolitanas “...em sua grande maioria, continuarão sendo o que são: instituições virtuais, heterônomas, alvo de políticos afoitos por projeção” (CUNHA, 2005, p. 206)

Segundo Batista e Endlich (2015), em trabalho que versa sobre a integração dos municípios no arranjo da Região Metropolitana de Maringá, o objetivo da instituição das unidades regionais, tais como as regiões metropolitanas, deve ser o de favorecer a integração dos municípios à dinâmica regional, visando ao fortalecimento da unidade regional como um todo, porém, não é isso que ocorre na Região Metropolitana de Maringá, onde os pequenos municípios (com menos de 10.000 habitantes), geralmente localizados nas bordas da Região Metropolitana, possuem baixos níveis de integração com a sede. Nesse sentido, observa-se que a cidade de Cambira integra a Região Metropolitana de Maringá, mas, de acordo com o REGIC (IBGE, 2008), apresenta uma dinâmica espacial vinculada mais intensamente à Apucarana e Londrina.

A Figura 3 apresenta os municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá com destaque para Cambira.

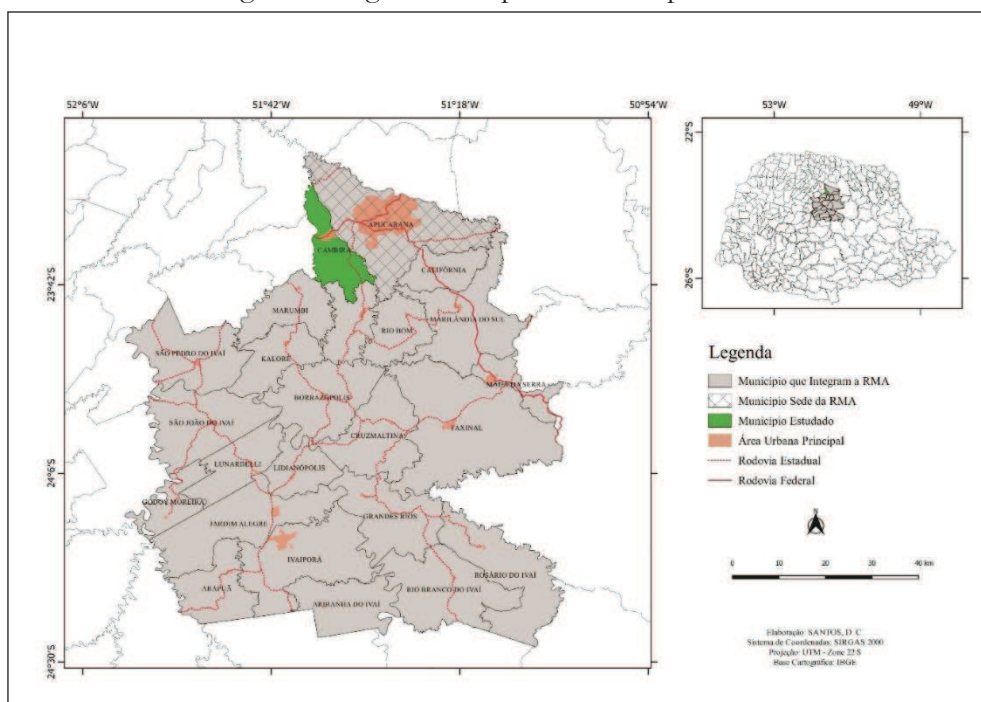
Figura 3: Municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá



Fonte: IPARDES, 2017.

A Figura 4 demonstra os municípios que integram a Região Metropolitana de Apucarana, destacando a proximidade de Cambira com Apucarana que é a cidade polo da região metropolitana em questão.

Figura 4: Região Metropolitana de Apucarana.



Fonte: IPARDES, 2017.

Não se pode afirmar o sucesso que a concretização de um projeto como o Metronor poderia acarretar à região compreendida entre as cidades de Londrina e Maringá, assim como não são observadas as promessas de um desenvolvimento integrado que a criação de Regiões Metropolitanas na teoria deveria proporcionar. É preciso ter muito cuidado ao se discutir sobre uma Região Metropolitana como sinônimo de desenvolvimento integrado para um determinado conjunto de municípios. Muitas vezes as discussões colocadas em pauta simplesmente permanecem nos relatórios que ficam nas atas das reuniões realizadas entre os gestores municipais, reuniões essas que de concreto só proporcionam uma publicação no jornal do dia seguinte. Entretanto, é impossível não citar a questão das regiões metropolitanas, afinal suas diretrizes são previstas em lei, e na teoria todas as cidades, inclusive aquelas de menor expressão, devem fazer parte das ações integradas de desenvolvimento a serem implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema das pequenas cidades tem sido cada vez mais abordado na ciência geográfica. As pequenas cidades são maioria na rede urbana brasileira, portanto, estudar as dinâmicas que as envolvem se torna cada vez mais importante, assim como entender como vive significativa parcela da população brasileira, que habita essas cidades. É complexo o entendimento sobre a dinâmica de uma localidade urbana, por menor que seja seu nível na hierarquia urbana ou o seu contingente populacional, considerando todas as particularidades que a envolvem os processos de formação, localização ou as características de sua população.

Considerou-se a importância da região à qual uma pequena cidade, no caso Cambira, está inserida. Todas as principais necessidades da população de Cambira passam pela ligação existente com as cidades mais importantes da rede urbana a qual ela pertence. Consequentemente, os processos que envolvem o desenvolvimento de Cambira também são determinados por suas relações com outras cidades.

Cambira, particularmente, passa por um processo inverso da maioria das pequenas cidades do estado do Paraná, com uma reversão do declínio demográfico observada em grande parte das cidades de pequeno porte do norte paranaense e sua localização privilegiada, localizada em uma das regiões mais desenvolvidas do estado explica em partes essa situação. Ainda assim, é preciso considerar que mesmo um aumento no número de habitantes não significa que Cambira passa por um processo de desenvolvimento econômico e social.

Estratégias de desenvolvimento integrado entre os municípios representam uma opção plausível frente às dificuldades que os mesmos enfrentam com relação às necessidades da população, relacionadas às oportunidades de trabalho, acesso ao estudo e aos equipamentos de saúde, lazer, etc. Sendo assim, a criação de Consórcios ou Associações, como é o caso da Amuvi, surgem como forma para atuar em prol da melhoria da qualidade de vida da população, buscando-se, em conjunto com outros municípios da região, a satisfação de tais necessidades, mesmo que, para tanto, os moradores necessitem deslocar-se

para outras localidades, onde o poder público deve ter papel primordial nas melhorias para a população com relação ao transporte público.

É importante deixar claro a questão da Região Metropolitana quando se discute a relação entre o desenvolvimento integrado entre um conjunto de municípios. Salienta-se que não se trata em dizer que é bom para uma cidade, seja ela grande ou pequena, integrar uma Região Metropolitana. Por fim, ressalta-se a importância da continuidade dos estudos, abordando a questão da influência que a Região Metropolitana de Maringá exerce sobre Cambira e também sobre outras pequenas cidades que a integram.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Fundação CAPES pelas bolsas de nível de mestrado e doutorado que permitiram a realização deste estudo. Agradecimentos também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE-UEM) por todo apoio.

REFERÊNCIAS

- AMUVI. Sobre a AMUVI. Disponível em: <<http://www.amuvi.com.br/?p=432>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BATISTA, M. R; ENDLICH, A. M. Análise da integração dos municípios no arranjo da região metropolitana de Maringá – PR. ENANPEGE: A diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação, Presidente Prudente, p. 931-940, 9 a 12 out. 2015.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 266 p, 1999.
- BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. Organ. Soc. v.15, n.45, Salvador, p. 145-157, Apr./Jun. 2008.
- CUNHA, F. C. A. A metrópole de papel: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista – Unesp. Presidente Prudente, SP. 2005.
- CUNHA, F. C. A. Metronor – Metrópole Linear Norte do Paraná: Um Resgate do Planejamento Regional no Norte do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. Geografia, v. 16, n. 1, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. p. 5-38, jan/jun. 2007.
- ENDLICH, A. M. Cooperações intermunicipais: alguns aportes. Prefácio Horácio Capel. Maringá: PGE-UEM, 2017.
- ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai/ago. 2007.
- ENDLICH, A. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP. 2006.

- ENDLICH, A. M; ROCHA, M, M. (Org.). Pequenas cidades e desenvolvimento local. Maringá: PGE, 147 p. 2009.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- IBGE. Censo 2010 - IBGE. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017
- IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p.. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 09 jun. 2017.
- IPARDES. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES : BRDE, 2004.
- LEÃO, F. S. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. Caderno Prudentino de Geografia. n.32, vol.1, p.135-153, jan/jun. 2010
- LOPES, A. S. Globalização e desenvolvimento regional. Gestão e Desenvolvimento. Viseu. n, 11, p. 9-25. 2002.
- MARQUES, G. R. G. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM, n, 22. set/out/nov/dez, 2010.
- MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, A. M. ROCHA, M. M. (orgs.). Pequenas cidades e desenvolvimento local. Maringá: PGE, p. 15, 2009.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- PARANÁ. Lei Complementar 127 - 17 de Fevereiro de 2010. Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, conforme especifica. Brasília, DF, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=53560&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- PARANÁ. Lei Complementar 187 - 12 de Janeiro de 2015. Instituição da Região Metropolitana de Apucarana e adoção de outras providências. Brasília,DF, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=135616&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- PARANÁ. Lei Complementar 83 - 17 de Julho de 1998. Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios que especifica. Curitiba, PR, jul. 1998. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8563&codTipoAto=&tipoVisualizacao=compilado>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- SANTOS, M. Manual de Geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 203 p. 1981.